



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM
Nº 01 – Ano I – 05/2012
www.ufvjm.edu.br/vozes

A função pós-massiva dos mapas virtuais e seu elo com a democracia digital no caso *Eleitor 2010*

Raquel Gomes

Relações Públicas - Pesquisa Democracia Digital e Governo Eletrônico no pós-doutorado, na linha de Comunicação e Política do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (Pós-Com/UFBA).

E-mail: raqgomes@yahoo.com.br

Tatiana Maria Dourado

Jornalista - Pesquisa jornalismo online e democracia digital no Mestrado, na linha de Cibercultura, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (Pós-Com/UFBA).

E-mail: tatianamaria.dourado@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a iniciativa chamada Eleitor 2010 - projeto que monitorou os crimes eleitorais no percurso brasileiro de 2010. Entre as diversas plataformas digitais que surgiram durante o período das eleições, o Eleitor 2010 se destaca por ser a primeira experiência de *crowdsourcing* a utilizar o *software* livre Ushahidi no Brasil. Para o desenvolvimento do estudo de caso, a metodologia se sustenta nos dados quantitativos coletados pelo projeto e a articulação do uso da plataforma-mapa com as premissas da democracia digital, a fim de avaliar a comunicação na apropriação desse mapa virtual, com suas potencialidades multimídias e interativas, para a cultura cívica.

Palavras-Chave: Eleitor 2010; Ushahidi, democracia digital; comunicação pós-massiva.

Introdução

O ano de 2010 é o marco no Brasil da reconfiguração do processo eleitoral. Com a reforma eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei 12.034/2009, que estabelece maiores possibilidades do uso da Internet nas eleições, houve a ascensão de novas e diversas frentes participativas, protagonizadas por candidatos, imprensa e sociedade civil. Em coerência com a expectativa gerada a partir da campanha do eleito presidente norte-americano Barack Obama em 2008 – que de modo intenso e inédito se vinculou às novas mídias e, assim, às novas formas de interação com os cidadãos *onlines* e *offlines* – o cerne do remanejamento espontâneo e/ou planejado¹ do pleito brasileiro também se deu pela apropriação da internet.

Projetos surgiram com propósitos distintos, tendo em comum o mesmo objeto: as eleições. O presente artigo analisa uma dessas iniciativas planejadas, o *Eleitor 2010*, cuja pretensão foi organizar um observatório do processo eleitoral, a partir do mapeamento de diversas modalidades de crimes eleitorais pelo cidadão, desde a pré-campanha, 10 de março, ao último dia das eleições, 31 de outubro de 2010.

Considera-se que conhecer e pesquisar o *Eleitor 2010* são importantes contribuições para os estudos da promoção do controle civil através da comunicação. Além disso, a iniciativa se destaca por ser a primeira experiência de *crowdsourcing*² a usar o *software* livre *Ushahidi*³ no Brasil atraindo, através do *Google Maps*, 52.783 mil usuários a visitarem suas páginas, que somaram 123.508 *pageviews*, de maio a outubro. Entretanto, o objetivo deste artigo é entender a seguinte pergunta: em que medida uma plataforma baseada em mapas, e que tem como objeto as eleições, pode contribuir para a democracia digital?

Através da exploração da plataforma é possível notar que o projeto acredita ser a internet capaz de propiciar e/ou fomentar o engajamento cívico, a participação política, especialmente dos jovens, parte deles já acostumado com a disponibilidade

¹ A afirmação parte do pressuposto que existe participação espontânea – gerada por indivíduos nas redes sociais, comentários em notícias de portais, interação com candidatos, etc -, e as elaboradas para tal (“programadas, projetadas, planejado”), seja pela grande mídia, sociedade civil ou partidos políticos.

² Termo designado para representar projetos construídos colaborativamente, com uso de novas tecnologias, realizada por voluntários.

³ O *Ushahidi* foi o *software* livre usado pelo projeto e será melhor explicado em tópico correspondente.

de canais de interação, compartilhamento de propósitos e potencialização dos debates; produção de conteúdos e projetos, gerenciados por *softwares* e aplicativos, muitos deles gratuitos.

Para atender o questionamento levantado, este artigo articula os objetivos almejados pelo projeto Eleitor 2010 com o debate sobre mapas virtuais e o ideário da democracia digital, embasados no conceito de função pós-massiva. O estudo se apóia em dois pilares: a apresentação adequada do *software* livre *Ushahidi* e sua utilização em várias partes do mundo; e a descrição do projeto *Eleitor 2010*, para que possamos conhecer seu funcionamento e objetivos. A quantificação dos dados coletados pelo projeto é necessária para compreender como se deu a adesão popular à iniciativa. Para isso, a análise está fundamentada metodologicamente na contabilização da participação das 53 categorias de crimes estabelecidas no projeto e o nível de participação popular por região do país.

1. Mapa virtual: Mídia de função pós-massiva

Internet e NTIC's⁴ promulgaram a revolução intrínseca à sociedade da informação. Em ritmo contínuo, a tecnologia - unida ao ciberespaço - oferece pré-requisitos para qualquer indivíduo interessado se engajar na construção de conteúdo, em especial no ambiente conhecido como Web 2.0, encenado pelas redes sociais e pela blogosfera. Iniciativas *crowdsourcing*, colaborativas e advindas do processo de inteligência coletiva (Levy, 1997) seguem em percurso evolutivo, no caminho da horizontalização da produção e consumo de informação. Lemos (2007) classifica essa dinâmica como função pós-massiva, referindo-se à comunicação "todos-todos", ou seja, o pólo de emissão está liberado.

O produto é personalizável e, na maioria das vezes, insiste em fluxos comunicacionais bi-direcionais (todos-todos), diferente do fluxo unidirecional (um-todos) das mídias de função massiva. As mídias de função pós-massiva agem não por hits, mas por «nichos», criando o que Chris Anderson (2006) chamou de «longa cauda», ou seja, a possibilidade de oferta de inúmeros produtos que são para poucos, mas que pela estrutura mesma da rede, se mantêm disponíveis (LEMOS, 2007, p.125).

⁴ Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os mapas são um dos que ascendem nessa lógica de produção independente e colaborativa, seja como realidade aumentada⁵, vigilância, monitoramento de desajustes sociais, controle político ou social, mecanismo de abertura institucional, entre outros. O mapa é considerado um símbolo metageográfico⁶, a descrição de um território, consumido através da atuação e expectativa individual, revelando-se como expressão de poder na evolução da história. “Os mapas são criados pelos que ostentam a autoridade e o poder, e por este motivo são poderosos. (...) apresentam interpretações alternativas para revelar associações implícitas entre prática social, poder e controle”⁷ (PARASKEVOPOULOU; CHARITOS; RIZOPOULOS, 2008, p. 8-9).

Na cena contemporânea, tais associações se tornam mais intensas quando a ubiqüidade é gerada na união dos dispositivos móveis com o ciberespaço. Características que abrem espaço à manipulação (re-mixação) dos dados, em complemento ou em criação de conteúdo. Segundo Latour (2000), a experiência de adicionar novas informações ao banco de dados da plataforma é uma vantagem substancial para consolidação dessa nova configuração cartográfica, inseridas por colaboradores amadores, ou seja, os cidadãos interessados.

(...) é, com certeza, uma experiência nova para a massa de pessoas, agora engajada no uso dos mapas de modo muito diferente. Como definir o que é original nesta experiência coletiva? Vamos dizer que, quando acessamos alguma interface em bancos de dados geográficos, a nossa tela de computador (fixas ou portáteis, isso não importa mais) desempenha o papel de um painel, que permite navegar através de conjunto totalmente heterogêneo de dados, que são atualizados em tempo real e localizados de acordo com nossas consultas específicas (LATOUR, 2000, p.4).

Referente à nova maneira de navegar dos mapas, Latour nomeia o suporte de ‘plataforma de navegação’, caracterizando-o pelos seguintes pilares: a) banco de dados, b) interface para manipulação de dados (cálculo, tratamento, e recuperação), c) painel de interface para usuários, d) saídas diferentes, adaptadas para uma

⁵ Google Earth e Google Street View

⁶ “Esses espaços (metageográficos) são todos aqueles que escapam à nossa observação direta pelos recursos técnicos usuais, embora possam ser sentidos ou percebidos por meios subjetivos. Pelos critérios da mGeo, buscamos indícios claros e objetivos da existência e das características desses mesmos espaços” (BARBOSA, 1997, disponível em <http://bit.ly/fcWYtE>, acessado em 9 de dezembro, às 17h31).

⁷ “Los mapas son creados por los que ostentan la autoridad y el poder, y por este motivo son poderosos. (...) presentar interpretaciones alternativas para revelar asociaciones implícitas entre prácticas espaciales, poder y control”.

grande diversidade de usuários, entre elas, a impressão em papel (LATOUR, 2000, p. 4). Latour reitera que, antes ou depois da internet, os mapas sempre tiveram interfaces complexas e diversificadas, formuladas para cálculos de navegação. Segundo ele, seis características persistem arraigadas no conceito de mapas, sejam analógicos ou virtuais. São elas: aquisição de dados, gestão dos dados, recálculo dos dados, impressão, cadastro de *posts* e utilização de navegação. (LATOUR, 2000, p.5). Lemos aponta o diferencial, “a mobilidade informacional”, que, ao mesmo tempo em que garante a emissão e circulação de informação, permite o ato de se mover também no espaço físico “real” (LEMOS, 2007, p. 127).

O desenvolvimento da computação móvel e das novas tecnologias sem fio (laptops, palms, celulares) estabelece, no começo do século XXI, a passagem do acesso por «ponto de presença» (internet fixa por cabos), ao «ambiente generalizado de conexão» (internet móvel sem fio, telefones celulares, redes bluetooth e etiquetas de radiofrequência, RFID), que envolvem o usuário, em plena mobilidade. As cibercidades da cibercultura estão se constituindo hoje como “ambientes generalizados de acesso pessoal e móvel à informação”, constituindo um “território informacional”⁸ (LEMOS, 2007, p.128).

Ambiente tecnologicamente propício, uso individual: o juízo da apropriação quem dá é o cidadão, usufruto que parte do seu interesse de interação, seja para engajamento coletivo e/ou entretenimento individual, personalizado. Contudo, a discussão teórica atual no meando da comunicação e política, especialmente na busca conceitual da “democracia digital”, destaca a combinação internet e NTIC’s como possibilidade de diversas frentes para o engajamento cívico e a participação política dos indivíduos. A oportunidade de produzir conteúdo e disseminá-lo para usuários interessados (“comunidades”) ou viralizá-lo pela rede de computadores estimula a ideia de empoderamento do indivíduo, que, pelo viés comunicacional, se torna também fonte de informação.

Em se tratando de dimensão política, Lemos (2009) comenta que a dinâmica da sociedade informacional é totalmente vinculada à relação entre tecnologia e novos processos comunicacionais, que são pilares do conceito de função pós-massiva. “A tecnologia vincula-se à constituição da *polis*, da vida em comum, da política” (LEMOS, 2009, p 29).

⁸ Lemos (2007) estabelece como territórios informacionais a intercessão entre o ciberespaço e o espaço urbano. É uma zona abstrata de fluxo informacional digital.

Pensar a ciberdemocracia do futuro deve partir do reconhecimento dos rumos da democracia não apenas em uma sociedade de fluxo massivo industrial da informação, mas em uma sociedade planetária em que ao fluxo massivo juntam-se funções pós-massivas pós-industriais conversacionais (LEMOS, 2009, p. 28).

Considera-se, portanto, as plataformas de navegação cartográficas modalidades composta pelas características da sociedade da informação pós-massivas, dotados de peculiaridades, já supracitadas, com presença firmada no ciberespaço através de iniciativas governamentais, empresariais e cidadãos, no sentido de catalogação, mapeamento, observação, quantificação, entre outras, abrigando a diversidade de linguagens multimidiáticas e oportunizando a interação e a colaboração.

Entre as iniciativas em destaque, vale citar o Wikicrimes⁹, Urbanias¹⁰, e-lixo maps¹¹, Projeto Enchentes¹², Biomapas¹³, entre outros. Em especial, cita-se o Eleitor 2010, utilitário do *software* livre *Ushahidi*, *mashup* costumeiramente usado para monitoramento de crises violentas, como aconteceu no Quênia, Congo, África do Sul, Haiti, México, Índia e Atlanta.

2. Mapa virtual e democracia digital: indicativos de elo através do *software* livre *Ushahidi*

As prerrogativas suscitadas no tópico anterior realçam a apropriação dos mapas em variados projetos com objetivo de sistematização de dados geo-referenciados, em sentidos que vão além da demarcação espacial ou temporal. Com base no explicitado, este tópico correlacionará a plataforma cartográfica virtual ao ideário da democracia digital. Se o ambiente digital traz novos caminhos para melhorar o sistema democrático (PEREIRA, 2009, p. 2-3), como os mapas têm trilhado tal percurso? E, melhor, quais as contribuições dos mapas na abertura de canais propensos à democracia digital?

⁹ <http://migre.me/5Eqkz>

¹⁰ <http://migre.me/5EqUM>

¹¹ <http://migre.me/5E5r52>

¹² <http://migre.me/5Er7w>

¹³ <http://migre.me/5Erbs>

Antes de tudo, vale ressaltar que para êxito de qualquer iniciativa de cunho cidadão faz-se necessário que o indivíduo constituinte do espaço social ou do assunto de interesse se torne adepto do projeto, como complementado a seguir: “há outros fatores inerentes a este fenômeno, como disposição política do cidadão, a existência de uma cultura cívica ou ainda a existência de condições materiais e cognitivas mínimas para tanto” (PEREIRA, 2009, p. 3).

No amplo universo do debate teórico sobre democracia digital, é possível afirmar que o conceito abarca, em diferentes graus, diversos modelos de democracia, contudo todos pressupõem o caráter de iniciação, aderência e/ou mobilização política do indivíduo a partir do ciberespaço, apoiado justamente pela tecnologia. Ou seja, a internet é um novo *lócus* da ocupação civil da esfera política, estimulada pela disponibilidade da técnica e afinidade ideológica (GOMES, 2005, p.4). Segundo Gomes (2005), os atuais mecanismos tecnológicos podem ascender “uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão” (GOMES, 2005, p.5).

A liberdade na emissão e na recepção de informações legitima essa terceira via de comunicação indicada por Gomes, via que gera conteúdo, inclusive político, crítico, em qualidade e amplitude diversas, viralizado à medida do impacto e interesse sociais. Liberdade para emancipação de todos os indivíduos desejáveis e, por consequência, empoderamento comunicativo individual, em detrimento ou complemento dos meios massivos, são componentes da era da sociedade da informação e dispositivos para iniciativas coletivas cidadãs. No meandro da democracia digital, as novas possibilidades individuais e/ou coletivas de ação são encontradas a partir das iniciativas sociais de controle/monitoramento do poder/Estado, fertilizadores do engajamento cívico, capazes de galgar amplitude global. Ou seja, a ascensão da participação é determinante para a democracia digital.

A internet, portanto, está em condições de prover poderosos instrumentos *self-service* (ou autônomos, isto é, produzidos pela sociedade civil para o consumo dos próprios cidadãos) de formação da opinião e da vontade políticas e fantásticas oportunidades de participação e engajamento por parte da sociedade civil. Uma participação que se deveria materializar, alternativamente e a depender da ênfase participacionista adotada, como influência civil sobre o sistema político, como colaboração civil na produção da decisão política e administrativa, ou, enfim, como alguma forma de autogoverno civil ou democracia digital direta, em que a esfera civil substitui o próprio sistema político na produção da decisão política (GOMES, 2005, p.4).

A característica tradicional de visualização territorial dos mapas, por sua vez, propicia ações inéditas de participação política, de feições interativas e multimidiáticas, costumeiramente usada para ações de monitoramento/fiscalização pública. Um dos aspectos de destaque dos mapas virtuais é a simulação do panorama coletivo de uma circunstância/acontecimento – os diversos exemplos dessas iniciativas demonstram que elas funcionam a partir do uso individual, mas para a construção da amostra de realidade do coletivo.

Esse aspecto é importante, remete à necessidade do engajamento cívico e sobrecarrega a simbologia dos mapas para a ideia do todo no recorte de uma realidade específica: o foco de ação do mapa. O coletivo não se esgota com a inserção de conteúdo por parte de cada indivíduo, também é o conjunto de informações distribuídas ao todo da representação territorial que é o mapa que pode informar, ao mesmo tempo em que associa cada conteúdo informativo à determinada territorialidade. Ou seja, obviamente não é contundente a composição de um mapa com uma única informação; por isso, se é aberto à participação, necessita da ação de um conjunto de indivíduos. Em resumo, os mapas virtuais podem ser autênticos espaços de agremiação de informação, fontes construídas e consumidas para uso coletivo, a partir da ação do representante individual.

O *software* livre *Ushahidi* serve como exemplo. Primeiro, pela proporção que alçou em projetos de diferentes países desde sua primeira utilização, entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008, no período de violência pós-eleitoral do Quênia. Segundo, faz-se significativa também por ter sido a plataforma utilizada no projeto brasileiro *Eleitor 2010*. Em suaíli, *Ushahidi* significa “testemunho” e justifica o cunho do projeto de proporcionar a troca de informações por parte do povo para organização de uma realidade caótica. Uma das idealizadoras do projeto, Ory Okolloh, sobre o exemplo do Quênia, conta que os órgãos oficiais noticiavam informações distorcidas sobre a realidade e que isso motivou a formulação de um espaço de construção de informação *crowdsourcing*, o *Ushahidi*.

Eu rapidamente fiquei sobrecarregada pelo volume e pensei como seria útil ter um site onde as pessoas podem denunciar online incidentes de violência anonimamente ou através de mensagens de texto (SMS) dos telefones móveis – e se estas informações poderiam ser mapeadas para que as pessoas visualizassem o que estava acontecendo (OKOLLOH, 2009, p.1).

A plataforma *Ushahidi* foi aparecendo sob a égide de cerca de 20 desenvolvedores voluntários, a maioria cidadão africano-queniano. Segundo Okolloh, as pessoas começaram a usar a plataforma como fonte de informação, inclusive veículos de comunicação. De caráter interativo, as pessoas enviavam informações via SMS ou manualmente no site e uma equipe do *Ushahidi* se dedicava à moderação. Em caso de relatos anônimos, as informações eram comparadas com outras fontes, principalmente imprensa. “Quando a informação parecia credível, mas não podíamos verificá-la, postava-se e a indicava como ‘não-verificada’¹⁴ (OKOLLOH, 2009, p.2).

A experiência demonstrou que o *Ushahidi* poderia ser aplicado em outras circunstâncias de crise, como aconteceu nas agitações sociais da região oriental da República Democrática do Congo, em novembro de 2008. Os voluntários do *Ushahidi* perceberam que precisavam desatar os seguintes nós: falta de bom local de conectividade à Internet, falta de uma pessoa da equipe do *Ushahidi* nas ruas e a dificuldade de conscientização da população local sobre o *software*. (OKOLLOH, 2009, p. 4). Em seu artigo, Okolloh traça alguns desafios e lições consideradas balizadoras para eficácia do uso do *Ushahidi* em qualquer projeto.

Tabela 1

Desafios e Lições <i>Ushahidi</i>	Observação
1. Blogs podem contribuir para conscientização	A adesão dos blogs ajuda repercutir as ferramentas de redes sociais como o <i>Ushahidi</i> .
2. Tradução é importante	Além de resolver o problema de tradução, considera-se necessária articulação com blogueiros distantes geograficamente e linguisticamente.
3. Ser simples, mas efetivo	A ferramenta precisa ser funcional o tanto quanto possível
4. Clareza sobre o que se pretende fazer	Explicitar o quê é a ferramenta e o quê não é.
5. Pessoas precisam de tempo e recursos	Em situações de crise a maioria das pessoas está em situação de fuga e não tem tempo para registrar relatos. E várias dessas pessoas não têm recursos para comprar créditos para SMS.
6. Conquistar confiança	Há desconfiança popular se pode existir represália em envios de relatos. Tem sido tentado dissipar estas preocupações divulgando que os relatos podem ser anônimos.

¹⁴ “Where information appeared credible but we could not verify it, we posted it and noted that it was not verified” (OKOLLOH, 2009, p.2).

7. Criar fluxos de via dupla de informação	Criar funcionalidades em que as pessoas dêem e recebam informações de onde receber ajuda.
8. Desenvolver uma cultura de compartilhamento	Obteve efetiva cobertura da imprensa. Tentou-se incentivar ONG's a coletarem informações em campo, sem sucesso.
9. Disponibilidade	O <i>Ushahidi</i> está disponível para <i>download</i> gratuito. A plataforma central pode ser personalizada para diferentes locais e necessidades. Organizações podem utilizá-lo para fins de monitoramento internacional.

Tradução livre e elaboração própria

Enquanto os voluntários desenvolviam a versão beta do *software*, o *Ushahidi* persistia em uso pelo mundo e assim aconteceu o *Vote Report*¹⁵ nas eleições gerais indianas de 2009; o *War on Gaza*¹⁶, suporte da cobertura do canal de notícias árabe Al-Jazeera; o *Cuidemos El Voto*¹⁷, que representou o uso do *Ushahidi* nas eleições mexicanas de 2010; o *Sudan Vote Monitor*¹⁸, plataforma receptora da construção de conhecimento coletivo nas eleições do Sudão em 2011; o *Haiti Ushahidi*¹⁹, que tem monitorado a catástrofe ambiental e crise social desde 2010 no país, no intuito de facilitar o trabalho da ajuda humanitária, de igual modo como ocorreu no terremoto chileno com o *Chile Ushahidi*²⁰ em 2010. No Brasil, o primeiro caso do uso do *Ushahidi* se desenrolou com o projeto Eleitor 2010²¹, de monitoramento de crimes e irregularidades eleitorais no pleito do ano indicado, o que torna este estudo de caso de importante contribuição ao estudo de *crowdsourcing* no país e, portanto, será mais detalhado no próximo tópico.

Mesmo que os exemplos relatados não tenham tido interferência direta no poder ou reconfiguração das diretrizes do Estado, influenciam no amparo de situações grotescas que movimentam toda a sociedade, sejam catástrofes ambientais e/ou calamidades sociais e, de igual modo relevante, em ambiente eleitoral, geram o registro popular de fatos pontuais, como uso de carro de som em horário indevido ou inserção de placas/cavaletes em praças públicas. Tudo isto contribui, também, para a formação de uma geração mais informada civicamente.

¹⁵ www.votereport.in

¹⁶ www.labs.aljazeera.net/warongaza/

¹⁷ www.cuidemoselvoto.org

¹⁸ www.sudanvotomonitor.com

¹⁹ www.haiti.ushahidi.com

²⁰ www.chile.ushahidi.com

²¹ www.eleitor2010.com

Gomes (2005) relata que a democracia digital incide sobre as características da democracia liberal, com a manutenção de pilares como a visibilidade, prestação de contas e participação eleitoral, requisitos que não se escondem, mas surpreendem, quando emergem em outra dimensão, a digital.

Para concluir, vale refletir que a apropriação de plataformas de código aberto como o *Ushahidi* é considerado balizador para ideia de democracia digital. Dominguez (2010) se apóia a alguns aspectos lançados por O'Reilly a respeito dessas plataformas, são: ubiquidade quase total (a depender da conexão), valoração do conteúdo, a virulência, relacionamento interpessoal, a imunidade do anonimato e a perda de privacidade. A emancipação desses aspectos acarreta no caráter multifacetado do usuário (emissor e receptor), gerador de uma comunicação horizontal, ou seja, sem hierarquia e descentralizada.

3. O caso 'Eleitor 2010'

O *Eleitor 2010* é um projeto apartidário e sem fins lucrativos, idealizado para abrigar quantidade ilimitada de denúncias sobre crimes eleitorais. Quase duas mil denúncias foram mapeadas no *Google Maps* nessa primeira experiência do uso do software livre *Ushahidi* no Brasil. Na prática, qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pôde cadastrar em texto, vídeo, foto e áudio, acontecimentos enquadrados como abuso de poder, difamação, compra de votos, uso da máquina administrativa, uso indevido da imprensa, violência, boca de urna, detenção, entre outras situações irregulares, corriqueiras do momento eleitoral. Tendo isto em vista, os objetivos traçados pela equipe do Eleitor 2010 foram: a) Observatório: servir de retrato das eleições sob a ótica do eleitor; b) Cidadania: fazer do cidadão fiscal do pleito; c) Politização: fomentar debate sobre as eleições; d) Educação: despertar o interesse, sobretudo dos jovens, pela política. Mas esses objetivos claramente expostos são alcançados através dos relatos?

Os relatos puderam ser enviados ao site através de três vias: e-mail²², *hashtags*²³ no Twitter e preenchimento de formulário²⁴.

²² relato@eleitor2010.com

²³ #eleitor2010 e #eleitor_2010

²⁴ Disponível em <http://migre.me/5Gkiq>, acessado em 5 de janeiro, às 15h.

A proposta de moderação foi mantida no *Eleitor 2010*. Primeiramente, os relatos publicados foram acompanhados por espécie selo-destaque indicando-o como 'não verificado'. Concluída a análise de provas imagéticas, checagem diante da repercussão midiática, o e/ou demais buscas na internet, por meio da blogosfera e redes sociais, ou mesmo conhecimento de causa por parte de algum membro do projeto, os relatos com provas que justificassem a sua veracidade eram destacados no status 'verificado'. “Os demais eleitores podem ajudar o processo de confirmação de fatos clicando nos botões de credibilidade encontrados na página de cada relato e ainda deixando comentários com mais informações, caso tenham sido testemunhas do mesmo episódio”²⁵.

A preocupação com a inverdade, calúnia ou difamação é o risco de ferramentas sociais *crowdsourcing*, como ratifica a idealizadora do *Ushahidi*: “Verdade não é garantida – mas a ideia por trás do *crowdsourcing* é que com um volume suficiente uma verdade emerge, o que diminui qualquer falso relato” (OKOLLOH, 2009, p.3) (tradução da autora)²⁶.

A equipe do *Eleitor 2010* foi formada por 21 jovens voluntários do Brasil, organizados por áreas de interesse afins, em acordo com as necessidades preliminares do projeto. Eles se dividiram em Coordenação, Tech e Design, Comunicação e Geral. A organização também contou com um comitê de “conselheiros”, formado por profissionais mentores de outros projetos voltados à internet e de cunho político-cidadão, a exemplo de Fabiano Angélico (coordenador de projetos da Transparência Brasil), Janet Gunter (do Global Voices), Rosental Alves (do Knight Center for Journalism in the Américas) e, entre outros, André Lemos (professor associado da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia). Idealizado por Diego Casaes e Paula Góes, o *Eleitor 2010* também teve o apoio institucional do Global Voices Online, do Global Voices Português e o apoio moral dos Movimentos Voto Consciente, Ficha Limpa, CDI Lan e Cidade Democrática.

²⁵ Disponível em: <http://migre.me/5Gk4f>, acessado em 5 de janeiro, às 16h14

²⁶ ‘Truth’ is not guaranteed – but the idea behind crowdsourcing is that with enough volume, a ‘truth’ emerges that diminishes any false reports” (OKOLLOH, ANO, p.3).

Balanço dos relatos

A primeira denúncia inserida no site do *Eleitor 2010* está datada de 10 de março do referido ano, às 8h30, intitulado: “RS: Relato de um eleitor constrangido e coagido”. Narra a discussão de um estudante de física e militante do PSDB, chamado Fabiano da Silva Machado, com um Policial Federal de nome não revelado, sobre o Protocolo Presidencial, que resultou em prisão. O relato é anônimo, estando identificado apenas o local – R. Pe. Caldas, 59, Paternon, bairro de Porto Alegre. Além do texto, o relato de número 1 não apresentou nenhum outro tipo de material que pudesse comprovar a veracidade da denúncia – áudio, foto, vídeo, etc -, nem descrições mais detalhadas, a exemplo do nome do policial e, assim, foi marcado como “Não Verificado”.

“Verificado” ou “Não Verificado” são espécies de selos de postagem, inseridas pela equipe de moderação, para indicar a credibilidade da fonte denunciadora. Em geral, a moderação obedeceu a alguns critérios²⁷, indicadas no site, como: necessidade de estar relacionada às eleições brasileiras de 2010 - testemunho pessoal do eleitor, ocular ou não; que diga respeito a alguma irregularidade que conste na Lei Eleitoral, se visto na Internet, deveria fornecer *links* e fontes; estar baseado em fatos; que não se trate de ataque pessoal gratuito a algum dos candidatos; e que não tragam fatos inverídicos, falsos, ininteligíveis, vagos, além de montagens²⁸. Outra prática costumeiramente usada para associar a postagem com a atuação criminosa e/ou irregular dos políticos e partidos, de acordo com a Lei Eleitoral e, assim, assegurar a credibilidade do projeto, foi a ‘Nota do Eleitor 2010’, frequentemente anexada aos relatos, na forma de esclarecimento ou complementação das informações.

O último relato, postado em 31 de outubro, exemplifica o caso dos credenciados como “Verificado”, cujo título é “SP: Igreja universal comete crime eleitoral em Paraibuna”. Retratado na cidade de São José dos Campos, às 12h04, conta sobre distribuição de panfletos pró-Dilma Rousseff²⁹ no dia do pleito do segundo turno eleitoral, o que é caracterizado por Boca de Urna. Além do relato textual, não há meios de comprovação do ocorrido – provas imagéticas e/ou sonora

²⁷ Disponível em <http://migre.me/5GkaB>, acessado em 5 de janeiro, às 15h45

²⁸ Disponível em <http://migre.me/5GkaB>, acessado em 5 de janeiro, às 15h45

²⁹ À época, candidata à presidência pelo Partido dos Trabalhadores. Hoje, presidente do Brasil.

– e, ainda assim, consta como “Verificado”. Nesse caso, não há indicação de qual prova foi usada para conferir veracidade à ocorrência, visto, ainda, que existe uma marcação de credibilidade negativa no relato.

Vale ressaltar que o mapa do *Eleitor 2010* indica territorialmente o acidente, marcando o local com um círculo vermelho; e, de laranja, revela todos os locais próximos ao em destaque que também constam incidentes eleitorais. Para melhor visualização dos relatos presentes no site do *Eleitor 2010*, foram escolhidas categorias quantitativas para articulação de análise.

Total de relatos no primeiro turno

Tabela 2

Pré-Campanha e 1º Turno (10 de março a 3 de outubro): 198 dias
1039 relatos

Entre as categorias – que ainda serão apresentadas-, uma se refere à Pré-Campanha, acompanhada de três subcategorias descritas como: Outros-pré-campanha, Propaganda antecipada e Propaganda eleitoral “disfarçada”. O animus prévio do pleito e a própria incidência do primeiro turno foram estímulos à postagem de conteúdo pela população nesse primeiro momento de campanha eleitoral. Em termos de distribuição nas páginas, em ordem decrescente, foram cinco relatos na página 129, dez relatos em cada página, da 128 até a 26, e quatro relatos na página 25.

Total de relatos no segundo turno

Tabela 3

2º Turno (de 4 de outubro a 31 de outubro): 27 dias
246 relatos

Em comparação, significa que o segundo turno teve 7,3 vezes menos dias e, por sua vez, 4,2 vezes menos relatos que o primeiro turno. Por dia, corresponde que o primeiro turno teve média de 5,2 relatos cadastrados e, no segundo turno, 9,1 relatos. Ou seja, apesar da inferioridade aparente numérica do segundo em relação

ao primeiro, os dados mostram que a intensidade de denúncias nos últimos 27 dias das eleições foi maior.

Quantidade de relatos | Divisão por Estado

Tabela 4



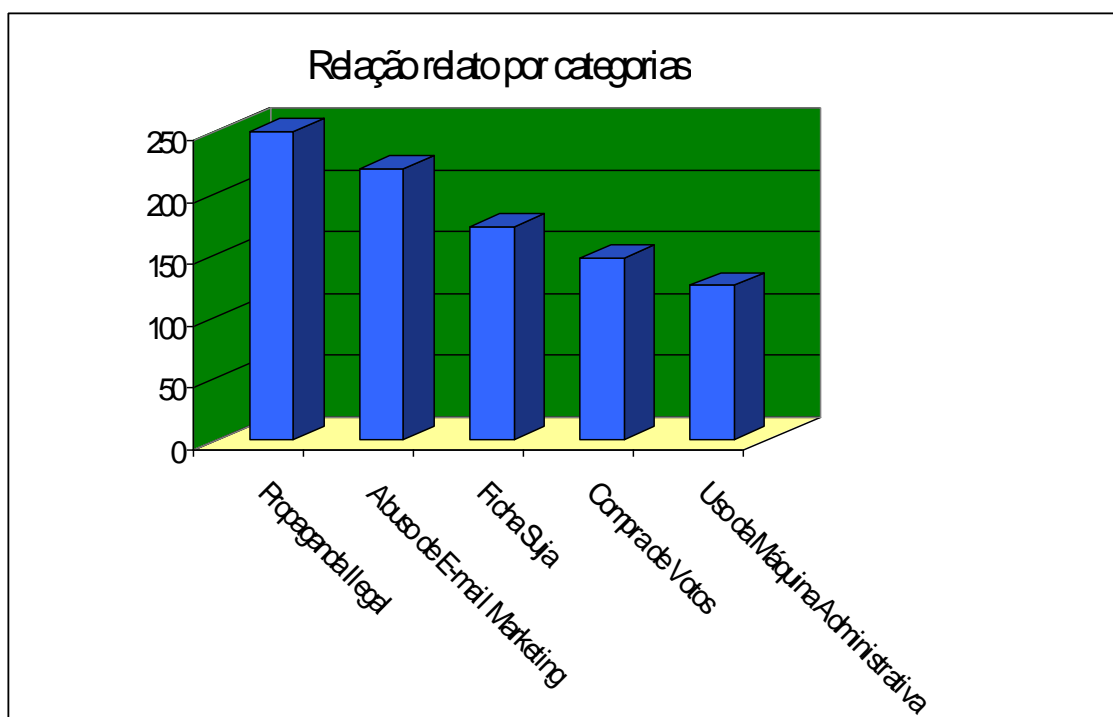
Elaboração própria. Imagem mapa: <http://migre.me/5Gkes>

Com mais que o dobro do Rio de Janeiro, São Paulo foi o Estado brasileiro que mais participou do *Eleitor 2010* em relação ao preenchimento do mapa com relatos, 108 e 234 respectivamente. São os dois únicos casos em que o número de relatos ultrapassou a casa de uma centena. O destaque de cada região está

marcado em negrito na tabela acima. Constata-se, ainda, que, dentre os destaques regionais, São Paulo tem três vezes mais relatos que o Paraná, que está na segunda posição regional. E que a soma de Paraná, Distrito Federal, Paraíba e Acre resulta em 233 relatos, ainda um a menos que São Paulo, com 234. Já Tocantins é o Estado de menor incidência quantitativa no projeto. Percebe-se, todavia, que o *Eleitor 2010* manteve a participação em todos os Estados brasileiros e que, pela falta da avaliação qualitativa e pesquisa de campo no presente artigo, não se pode afirmar o significado da denúncia enviada pelo mapa para o resultado das eleições.

Quantidade de relatos | Por categoria

Tabela 5



Elaboração própria

A organização dos relatos está baseada em cinco agrupamentos de categorias – são elas Pré-Campanha, Campanha, Dia da Eleição, Ficha Suja e 2º Turno -, que, temporalmente, organizaram todo o período eleitoral. A única exceção do critério temporal é a Ficha Suja, destacada a possibilidade de se encaixar em todas as demais e pela visibilidade de incidência de relatos, devido ao sucesso do projeto que se transformou em projeto de lei, o Ficha Limpa, que combate a corrupção eleitoral.

No total, esses agrupamentos englobam 53 categorias, que receberam quantidades diversificadas de relatos. As cinco que receberam mais inscrições foram: Propaganda Ilegal (250), Abuso de E-mail Marketing (220), Ficha Suja (173), Compra de Votos (147) e Uso na Máquina Administrativa (125). Vale ressaltar que um único relato pode ser adicionado em várias categorias. Do total de relatos, apenas três relatos foram inscritos sem categoria cadastrada.

Em ordem decrescente, as categorias concentraram: lixo eleitoral (83), impugnação de candidatura (81), abuso de poder (71), calúnia e difamação (49), abuso de mensagens eletrônicas (40), propaganda antecipada (36), boca-de-urna (35), campanhas-outros (35), intimidação/coação (25), exploração de fé (25), uso indevido da imprensa (22), clientelismo (19), propaganda eleitoral 'disfarçada' (18), zona na zona (18), violência (18), showmício (14), abuso de redes sociais (12), curral eleitoral (12), propaganda caluniosa/difamação (11).

Com menos de dez relatos por categoria ficaram: divulgação de fatos inverídicos (10), outros-pré-campanha (9), detenções (9), prisões (9), propaganda enganosa (9), publicidade favorável a administrador público (8), transporte de eleitores (6), aliciamento de eleitores (6), distribuição de brindes (5), veiculação de banners (4), inscrição eleitoral fraudulenta (4), impedimento ao voto (4), irregularidades em seções (4), propaganda em seções (4), eleições – outros (4), problema com urnas (3), comício/carreata (3), jogo sujo (3), eleitos e investigados (3), lei seca (2), retaliação (2), correu bem (2), violação de urnas (2), site com conteúdo ofensivo (1) e transferência eleitoral fraudulenta (1). As categorias que não receberam relatos foram: sujeira pós-eleição (0), impugnação de transferência (0) e acessibilidade às urnas (0).

Quantidade de relatos | Não aprovados

Relatos não aprovados 10 de março a 31 de outubro de 2010
71

O número se refere aos relatos que não foram aprovados ou careciam de informações, eram repetidos, não se enquadravam como denúncias ou eram ofensivos e tendenciosos.

Número de visitasões | Total

Tabela 6

Período	Visitas Unicas	Visitas	Exibições
10/03/2010 a 31/10/2010	51.873	56.382	122.246
3/10/2010 a 31/10/2010	17.433	18.461	29.702

Fonte: Ushahidi

Alcance Global | Países visitantes

Tabela 7

Países	Visitas Unicas	Visitas	Exibições	Países mais freqüentes
47	16.444	17.393	28.191	BR, EUA, PT, FR e ES

Fonte: Ushahidi

Considerações finais

O ano de 2010 foi dado como o grande momento de experimentar a internet, influenciado pela adesão popular às redes sociais e suas consequências na socialização do indivíduo. Dentre os impactos, é pertinente destacar a realidade de fluxos de informação mão-dupla, “todos para todos”, de modo contínuo e acelerado, fenômeno que encaixa o cenário no conceito de função pós-massiva. Se o receptor é emissor na mesma proporção e se todos assim puderem ser, é válido afirmar que a internet aos poucos vai aumentando a dose de democracia na comunicação.

A função “pós-massiva” é um antagonismo à massificação, “são aquelas dirigidas para a massa, ou seja, para pessoas que não se conhecem, que não estão juntas espacialmente e que assim têm pouca possibilidade de interagir” (LEMOS, 2007, p.124). Relação não dicotômica e estanque nem na internet nem nos meios de comunicação tradicionais. No entanto, possibilitam que os “agentes” dessa nova era mergulhem em meio às possibilidades das novas tecnologias e aproveitem um cenário como as eleições brasileiras para gerarem cidadania. O uso inédito do

software crowdsourcing Ushahidi no Brasil, através do projeto *Eleitor 2010*, é um dos motores da nova geração de engajamento cidadão, que engrenou no ano eleitoral. No entanto, esse valor positivo de participação concerne ante a iniciativa que a própria adesão popular.

Pôde-se constatar através da quantificação – com a ressalva de que um relato pode representar várias categorias -, que 250 relatos inscritos como ‘propaganda ilegal’ (categoria que recebeu maior número de relatos) não espelha a realidade eleitoral brasileira, visto que o país tem 192 milhões de habitantes, segundo dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado no ano de 2011. Além disso, em outubro de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³⁰ registrou 136.074,358 brasileiros como eleitores ativos.

Diante do potencial do país, vislumbrados pelos índices apresentados, é possível afirmar que os relatos coletados pela iniciativa revelam alcance nacional? Como resultado da primeira experiência, percebe-se o *Eleitor 2010* como uma experimentação bem articulada de abertura democrática através da comunicação, que une características como atualização espontânea do cidadão, voluntarismo, potencialidades interativas e multimidiáticas, movimentação no espaço *offline* (através do acesso à internet pelos dispositivos móveis), além da viabilidade da plataforma-mapa como lócus das mensagens.

No entanto, o projeto apresenta imbrólios estruturais no que concerne à efetividade ao controle político, que é decorrente, de certo modo, da recente construção ciberespacial da prática democrática. Um dos quesitos que merece ser apontado é a presença de relatos com conteúdos jornalísticos de portais ou sites noticiosos e blogs no mapa do projeto. Vale ressaltar que os relatos com essas características eram fidedignos aos textos originais, com o crédito da fonte citado. Mas a prática da inserção noticiosa não está listada e não se faz coerente com os objetivos do *Eleitor 2010*, por isso pressupõe-se que a ocorrência de tal material como dados no mapa se deve a insuficiência de relatos enviados pela população nessa primeira trajetória do projeto. Em uma pesquisa que abordou o controle civil através de iniciativas online nas eleições brasileiras de 2010, a análise da amostra demonstrou que 49,2% dos relatos do *Eleitor 2010* foram provenientes de notícias (SAMPAIO et al, 2011, p. 16).

³⁰ Disponível em <http://migre.me/5EsDx>, acessado no dia 8 de setembro, às 18h30.

Também necessário para a efetividade social de denúncia aos crimes eleitorais é a relação estreita da iniciativa com os órgãos competentes, como o Ministério Público e o Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo. Até que ponto uma iniciativa isolada, desvinculada com tais órgãos, pode fazer com que a cobertura delitiva na internet influencie na mudança da realidade social? Mesmo que ainda não vigore como parceria para investigação dos órgãos citados, fechando o ciclo dos relatos com investigação e devida punição dos acusados, o projeto tem o mérito de ofertar ferramentas para o empoderamento coletivo dos cidadãos brasileiros através do enxerto de denúncia e escape de insatisfação.

Afinal, se existe um projeto de participação política, os cidadãos passam a ter um canal à disposição para inserir dados sobre o tema e também se informar a respeito dos crimes eleitorais, favorecendo, também, a busca pela informação. A naturalização vem aos poucos e é, inclusive, fomentada pelo agendamento do noticiário em relação às práticas – o indivíduo desconectado do ciberespaço pode ter o primeiro acesso à iniciativa e ser incentivado para denunciar através dos *mass medias*, que, nesse primeiro ano do projeto, o enquadraram como ‘novidade’³¹ eleitoral. No âmbito da democracia digital, a inserção dos cidadãos no processo político, via internet, favorece a *intervenção da cidadania*, conceito correspondente ao *controle do cidadão* nas circunstâncias político-sociais, que diz respeito à “opinião e vontade da maioria” (GOMES, 2005, p.22).

Os mapas flutuam neste ambiente democrático cheio de possibilidades já usuais. São espaços que organizam o caos e, ao mesmo tempo, o trata individualmente. Há a situação visualizada no mapa: muitos pontos caóticos, seja por conta da violência, desastre natural, guerra civil. Há o agravamento plural, peculiar do local, que ajuda a compor o todo, mas tem urgência individual, particular: soterramento, desabamento de casa, vítima fatal, acidente de carro, etc. Os usos são muitos, assim como as possibilidades de inovação e interatividade. Mas é preciso atenção para não tomá-los como registro imagético fidedigno de uma realidade física. Os mapas como ferramenta em plataformas como Eleitor 2010 são uma maneira a mais de interpretar e interagir civicamente com uma realidade social parcial.

³¹ Vide clipping realizado pela equipe de comunicação do Eleitor 2010. Disponível em <http://migre.me/5F0S4>, acessado em 9 de setembro, às 21h35.

Abstract: The article aims to analyze the experience called 'Eleitor 2010' - a project that monitored the Brazilian electoral crimes in the course of 2010. Among the digital platforms that emerged during the election period, the Eleitor 2010 stands out as the first experiment in crowdsourcing the to use free software in Brazil Ushahidi. To develop the case study, the methodology is supported in the quantitative data collected by the project and the joint use of the platform-map with the premises of digital democracy in order to assess the communication on the appropriation of this virtual map, with its multimedia capabilities and interactive, for the civic culture.

Keywords: Eleitor 2010, ushahidi, digital democracy, communication.

Referências

DOMINGUEZ, David. **Las nuevas tecnologías cambian el panorama de la comunicación política.perspectivas de la comunicación.** Volume 3, Número 1, 2010.

LEMOS, André. **Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais.** Revista Matrizes, Número 1, Outubro 2007.

PARASKEVOULOU, O; CHARITOS, D.; RIZOPOULOS, C. **Prácticas artísticas basadas en la localización que desafían la noción tradicional de cartografía.** Revista Artenodes, Número 8. Universitat Oberta de Catalunya, dezembro, 2008.

LATOUR, Bruno. **Entering a Risky Territory: Space in the Age of Digital Navigation.** 2000. Disponível em <http://migre.me/5GDFD>

LEVY, Pierre. **A inteligência Coletiva.** São Paulo: Loyola: 1998.

LEVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária.** Paulus, 2010.

PEREIRA, Sivaldo. **Democracia online: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo.** III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica). Dezembro, 2009.

GOMES, Wilson. **Democracia digital: que democracia?** Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA, 2005.

OKOLLOH, Ory. **Ushahidi, or 'testimony': Web 2.0 tools for crowdsourcing crisis information.** Participatory Learning and Action, Volume 59, Número 1, Junho 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura e arte do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SAMPAIO, Rafael; AZEVEDO, Dilvan; ALMADA, Maria Paula. Esfera civil e eleições 2010: **Uma análise de iniciativas online para maior controle civil**. IV Encontro de Compolítica. 2011. Disponível em <http://migre.me/5Fb0I>, acessado em 9 de setembro, às 21h32.

Texto acadêmico publicado em 10 de maio de 2012, na
Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG –
Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM –
www.ufvjm.edu.br/vozes